

O MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270/91, e tendo em vista o constante do Processo TST - nº 5.430/1999.8, resolve:

Nº 2 - Prorrogar o prazo de cessão ao Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região da servidora RITA DE CÁSSIA CARVALHO DE ABREU DE FONTAN PEREIRA, código 3333-3, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "B", Padrão 8, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a partir de 29/1/2007, para o exercício de cargo em comissão.

O MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270/91, e tendo em vista o constante do Processo TST - nº 884/1986.1, resolve:

Nº 3 - Prorrogar o prazo de cessão ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região da servidora ANTÔNIA ERISMAR PINHEIRO VASCONCELOS, código 551-7, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a partir de 30/1/2007, para o exercício de função comissionada.

O MINISTRO PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270/91, e tendo em vista o constante do Processo TST - nº 14.431/1995.7, resolve:

Nº 4 - Prorrogar o prazo de cessão ao Ministério do Trabalho e Emprego do servidor SÉRGIO PAIXÃO PARDO, código 2065-8, Técnico Judiciário, Área de Serviços Gerais, Especialidade Segurança Judiciária, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, pelo prazo de um ano, a partir de 1º/1/2007, para o exercício de cargo em comissão.

RONALDO JOSÉ LOPES LEAL

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO Nº 18.566, DE 16 DE JANEIRO DE 2007

O MINISTRO FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH, VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, Usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Processo nº. 439/DIPES-SEPRO, de 10 JAN 07, resolve:

Designar, extraordinariamente, o Analista Judiciário, área Judiciária, especialidade Execução de Mandados, classe "A", padrão 1, nível superior, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, JORGE LUIZ FERNANDES PINHO, matr. 7984, para, em conformidade com o disposto no Ato Normativo nº. 182/05, substituir a titular do cargo em comissão Diretor de Secretaria, código STM-CJ-3, junto à 1ª Auditoria da 1ª CJM, no período de 15 JAN a 1º FEV 07, tendo em vista a concessão de férias à titular e os impedimentos dos demais Analistas Judiciários do citado Juízo. Em consequência, fica revogado o Ato nº. 18.026/06, publicado no Diário Oficial da União, seção 2, nº. 87, de 09 MAI 06.

Min. FLAVIO FLORES DA CUNHA BIERRENBACH

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO

ATO Nº 7, DE 10 DE JANEIRO DE 2007

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo 68/2007 - TRF1, resolve:

Conceder pensão vitalícia a MARIA DE FÁTIMA MELGAÇO DIAS e TEMPORÁRIA a SYLVIA MELGAÇO DIAS, respectivamente, viúva e filha menor do ex-servidor aposentado Sylvio Dias, Analista Judiciário, Área Judiciária, Executante de Mandados, Nível Superior, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 215, 217, Incisos I e II, alínea "a", e 218, § 2º, da Lei 8.112/90, c/c o art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, a partir 19/11/2006, data do óbito.

Des. ASSUSETE MAGALHÃES

2ª REGIÃO DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 21, DE 16 DE JANEIRO DE 2007

A DIRETORA-GERAL, EM EXERCÍCIO, DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, conforme delegação de competência conferida pela Portaria nº 302/PRES, de 08.04.05, resolve:

Designar a servidora MARCIA COSTA ANNIBOLETE, Técnico Judiciário, Área Administrativa, Nível Intermediário, Classe "C", Padrão 15, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a função comissionada de Assistente I, FC-01, na Divisão de Provimento e Lotação, da estrutura da Secretaria de Recursos Humanos, em vaga decorrente da dispensa de Maria do Carmo Alcoforado Beltrão.

THEREZA GUERRA PAIVA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 16, DE 11 DE JANEIRO DE 2007

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, resolve:

Desligar, a pedido, o servidor JOSÉ GUSTAVO HALFPAP, Analista Judiciário - Área Judiciária, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, a partir de 17 de janeiro de 2007, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, conforme o disposto no art. 33, inciso VIII, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), declarando, em decorrência, a vacância do cargo acima mencionado.

Des. ORLI DE ATAÍDE RODRIGUES

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 2ª REGIÃO

PORTARIA Nº 28, DE 11 DE JANEIRO DE 2007

O Presidente do TRT da 2ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o disposto no artigo 93, da Lei nº 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 11416/06, e o contido no Ofício SCP/CS nº 010, de 11/01/07, deste Tribunal e Ofício 0794/06-gp, de 19/12/06, oriundo do TRT da 15ª Região, resolve:

Ceder por um ano, a partir de 01/02/07, a servidora CLAUDIA FERNANDA PIMENTEL LOPES, matrícula nº 91545, Analista Judiciário - Área Judiciária, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, ao E. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

ANTÔNIO JOSÉ TEIXEIRA CARVALHO

7ª REGIÃO

ATO Nº 7, DE 16 DE JANEIRO DE 2007

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que preconiza o artigo 33, inciso IX, da Lei nº 8.112/90, com as novas alterações dadas pela Lei nº 9.527, de 10.12.97, resolve:

Declarar vago o cargo em comissão de Assessor de Juiz (CJ-3), ocupado pelo ex-servidor FRANCISCO ARRUDA FONTES, em virtude de seu falecimento ocorrido em 01.01.2007.

DULCINA DE HOLANDA PALHANO

8ª REGIÃO

ATOS DE 16 DE JANEIRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 37, inciso XLVI, do Regimento Interno, e CONSIDERANDO requerimento da servidora DENISE DA COSTA SANTOS, Técnico Judiciário, Área Administrativa, protocolado sob nº 2371, em 11.1.2007, e o interesse do serviço, resolve:

Nº 8 - Exonerar, a pedido, do cargo de Técnico Judiciário/Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, a servidora DENISE DA COSTA SANTOS, nos termos do art. 34, caput, da Lei nº 8.112/90, a contar de 9.1.2007.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 37, inciso XLVI, do Regimento Interno, e CONSIDERANDO o requerimento do servidor LUIS CARLOS LIMA DA CRUZ FILHO, Técnico Judiciário, Área Administrativa, protocolado sob nº 2511, em 11.1.2007, e o interesse do serviço, resolve:

Nº 9 - Exonerar, a pedido, do cargo de Técnico Judiciário/Área Administrativa, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, o servidor LUIS CARLOS LIMA DA CRUZ FILHO, nos termos do art. 34, caput, da Lei nº 8.112/90, a contar de 9.1.2007.

Des. ELIZIÁRIO BENTES

10ª REGIÃO

PORTARIA Nº 4, DE 15 DE JANEIRO DE 2007

O Juiz Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, no uso exercício da Presidência, usando de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 002/2007, resolve:

Declarar a vacância do Cargo da Carreira Judiciária de Técnico Judiciário, Classe "A", Padrão 4, Área Apoio Especializado, Especialidade Programação, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pelo servidor HIDEAKI IMAMURA ROCHA, em decorrência de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90, a contar de 2/1/2007.

MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON

23ª REGIÃO

ATOS DE 17 DE JANEIRO DE 2007

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, e considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, e considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, resolve:

Nº 5 - Nomear a candidata AVANIR DE CARVALHO CORREA para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 8.432/1992, em decorrência do Ato TRT/DGCA/GP - 0187/2006, publicado no D.O.U. em 19.12.2006, que tornou sem efeito, por decurso do prazo legal para posse, a nomeação de Eder Saturno de Lemos.

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, e considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90 e considerando, ainda, o disposto no Edital de 05.05.2005, publicado no D.O.U. de 10 de Maio de 2005, resolve:

Nº 6 - Nomear o candidato LUCIANO OSMAR CAVALHEIRO para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.770/2003.

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, e considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90 e considerando, ainda, o disposto no Edital nº 03, de 10/04/2006, publicado no D.O.U. de 19 de abril de 2006, resolve:

Nº 7 - Nomear o candidato SERGIO ROBERTO LIMA para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.770/2003.

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, e considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, e considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, resolve:

Nº 8 - Nomear o candidato MARCOS ROBERTO ESPOSITO para exercer o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Nível Intermediário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.770/2003, em decorrência do Ato TRT/DGCA/GP - 001/2007, publicado no D.O.U. em 16.01.2007, retificado no D.O.U. de 17.01.2007, que declarou vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, o cargo ocupado pela servidora Clarice Lobato Magioni.



A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, "F" do Regimento Interno, e considerando o contido no Processo o n. 1789/2007, resolve:

Nº 9 - Declarar vago o cargo de Analista Judiciário - Área Administrativa, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, ocupado pela servidora SABRINA JACOB NORONHA GONÇALVES, por motivo de posse em outro Cargo Público Inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII da Lei n. 8.112/90, a contar de 11 de janeiro do corrente ano.

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO, no uso de suas atribuições contidas no art. 27, § 1º, alínea "d", do Regimento Interno, considerando o contido no Processo TRT n. 003373/2005, bem como a homologação do resultado final do Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro permanente de pessoal da Justiça do Trabalho da 23ª Região, publicado no D.O.U. em 19 de janeiro de 2005, e considerando o disposto nos arts. 9º, I e 10 da Lei n. 8.112/90, resolve:

Nº 10 - Nomear a candidata FABIANA DE OLIVEIRA ROCHA MORAES para exercer o cargo efetivo de Analista Judiciário, Nível Superior, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, criado pela Lei nº 10.770/2003, em decorrência do Ato TRT/DGCA/GP - 009/2007, publicado no presente D.O.U., que declara vago, por motivo de posse em outro cargo público inacumulável, o cargo ocupado pela servidora Sabrina Jacob Noronha Gonçalves.

MARIA BERENICE CARVALHO CASTRO SOUZA

Editais e Avisos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EDITAL Nº 1/PGF/AGU, DE 17 DE JANEIRO DE 2007 10º CONCURSO DE REMOÇÃO POR PERMUTA PARA MEMBROS DA CARREIRA DE PROCURADOR FEDERAL - 2006

A PROCURADORA-GERAL FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o constante do Edital nº 19/PGF/AGU, publicado no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2006, Seção 2, resolve:

I - Tornar público o resultado final do 10º Concurso de Remoção por Permuta para membros da Carreira de Procurador Federal, na forma do Anexo a este Edital.

II - Informar que caberá reclamação ou recurso ao Advogado-Geral da União contra o resultado do concurso, no prazo de três dias, contados da publicação deste Edital no Diário Oficial da União.

III - Determinar que somente serão aceitos recursos ou reclamações protocolados diretamente na sede da Procuradoria-Geral Federal, em Brasília / DF (Setor de Indústrias Gráficas - SIG, Quadra 6, Lote 800, Edifício Palácio Alberto de Brito Pereira, Térreo, CEP 70.610-460), ou remetidos, via fax, para os números (061) 4009-4700 ou 3344-8101.

IV - Os recursos e reclamações, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos ao Advogado-Geral da União, acompanhados de documentos que provem o alegado, sob pena de não serem conhecidos, salvo erro material.

V - Apreciados os recursos e reclamações, será homologado o 10º Concurso de Remoção por Permuta para Membros da Carreira de Procurador Federal.

CÉLIA MARIA CAVALCANTI RIBEIROANEXO

CLASSIFICAÇÃO DOS PROCURADORES FEDERAIS INSCRITOS NO 10º CONCURSO DE REMOÇÃO POR PERMUTA

Estado: Maranhão Município: São Luís Órgão: INSS

Classificação	Nome
1º	José Armando Costa Amorim

Estado: Maranhão Município: São Luís Órgão: ANATEL

Classificação	Nome
1º	Carlos Francisco Lopes Melo
2º	Igor Costa de Miranda

MINISTÉRIO DA DEFESA INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

AVISO QUADRO DE PESSOAL

Quadro de Pessoal a que se refere a letra "c", inciso XII, do art. 18 do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 5.338, de 12 de janeiro de 2005:

CARREIRA	POSIÇÃO EM 31/12/2006		TOTAL
	PROVIDOS	VAGOS	
OPERACIONAL	1344	106	1450
TÉCNICA	235	-	235
ADMINISTRATIVA	476	-	476
EXECUTIVA	71	-	71

Efetivo atual - 2126 empregados

Efetivo autorizado conforme Portaria nº 7, de 19 de maio de 2006 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - 2232 empregados

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2006.
ANTÔNIO VICENTE FERNANDES ROCHA
Diretor Administrativo

MINISTÉRIO DA FAZENDA SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

AVISO QUADRO DE PESSOAL

O Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, em cumprimento ao estabelecido no Art. 10º, IX, letra "c", do decreto nº 3.972, de 16 de outubro de 2001, vem publicar os seguintes dados:

Carreira Posição do Quadro de Pessoal em 31/12/2005 Posição do Quadro de Pessoal em 30/06/2006 Posição do Quadro de Pessoal em 31/12/2006

Analista 2969 3275 3210

Técnico 2211 2296 2296

Auxiliar 4537 4497 4454

Total do Quadro de Pessoal 9917 10068 9960

Quadro de Pessoal Aprovado pela Portaria nº 1.139, de 30.10.2001 11000 11000 11000

Vagas 1283 932 1040

Brasília, 16 de janeiro de 2007.
JORGE BENJAMIN DE AZEVEDO
Superintendente
Substituto

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS CONSELHO SUPERIOR

AVISO Nº 1, DE 15 DE JANEIRO DE 2007

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 34º, da Resolução nº 070-CSMPDFT, de 12 de maio de 2006, publicada no DOU nº 103, seção 1, pág. 93, de 31 maio 2006, e tendo em vista o disposto no artigo 6º e em seu parágrafo único, da Resolução nº 71-CSMPDFT, de 12 de maio de 2006, publicada no DOU nº 104, seção 1, págs. 56 e 60, de 1º de junho de 2006, faz saber aos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, da existência de vagas, para o afastamento de Membros, com objetivo de freqüentar cursos e elaboração de trabalhos, dissertações ou teses, da seguinte forma:

VAGAS	CURTA DURAÇÃO	LONGA DURAÇÃO	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
	QUANTITATIVO		
EXISTENTES	4	1	1
PREVISTAS PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 2007	1	2	0
PREVISTAS PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2008	0	1	0
TOTAL	5	4	1

Os membros interessados em se habilitar ao afastamento para a realização de curso de pós-graduação deverão endereçar requerimento ao Procurador-Geral, manifestando tal intenção, acompanhado da documentação referida no art. 2º, eventualmente já disponível, em trinta dias, a contar da publicação na imprensa oficial do aviso do número de vagas existentes ou que irão se abrir para o segundo semestre do ano em curso e o primeiro semestre do ano subsequente (Artigo 6º, da Resolução nº 71-CSMPDFT).

A publicação ocorrerá na primeira quinzena dos meses de janeiro e julho (Artigo 6º, Parágrafo único, da Resolução nº 71-CSMPDFT).

LEONARDO AZEREDO BANDARRA

Sistema INCOM



Informações sobre envio eletrônico de matérias, emissão e renovação de certificados, entre em contato pelo endereço incom@in.gov.br